

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
LISTA DE ABREVIATURAS	15
CAPÍTULO 1 – A CONSTITUIÇÃO	53
1. Constituição	53
1.1. Definição e Conceito	53
1.2. Sentidos de Constituição	55
1.2.1. Instrumental	55
1.2.2. Histórico	55
1.2.3. Formal	56
1.2.4. Material	57
1.2.5. Sociológico (ou Real)	57
1.2.6. Político (ou Decisionista)	59
1.2.7. Jusnaturalista	59
1.2.8. Jurídico-Positivista (ou apenas Jurídico)	60
1.2.9. Total	62
1.2.10. Jurídico-Normativista	63
1.2.11. Integracionista	63
1.2.12. Culturalista	64
1.2.13. Pluridimensional ou Compósita	64
1.3. Classificação das Constituições	66
1.3.1. Quanto à forma	66
1.3.2. Quanto à origem	66
1.3.3. Quanto à estabilidade do texto	67
1.3.4. Quanto à extensão	68
1.3.5. Quanto à ontologia	68
1.3.6. Quanto à finalidade	68
1.3.7. Quanto aos compromissos axiológicos	69
1.3.8. Quanto à permanência	69
1.3.9. Quanto ao sistema	69

1.3.10. Quanto ao papel das Constituições em relação ao restante do Ordenamento	70
1.3.11. Quanto à autonomia	70
1.3.12. Balanço Teórico sobre a Constituição Federal de 1988	71
1.4. Tipologia Constitucional	72
1.4.1. Constituição Aberta	72
1.4.2. Constituição Simbólica	73
1.4.3. Constituição Moralmente Reflexiva	74
1.4.4. Constituição Austeritária e Constituição Dirigente Invertida	76
1.4.5. Constituição Plástica	77
1.4.6. Constituição em Branco	78
1.4.7. Constituição Dúctil (Flexível ou Maleável)	78
1.4.8. Constituição.com (ou <i>Crowdsourced Constitution</i>)	78
1.4.9. Constituição Subconstitucional	79
1.4.10. Lei Constitucional	79
1.4.11. Lei Fundamental	79
1.4.12. Constituição Expansiva	79
1.4.13. Constituição Silenciosa (ou fixa)	80
1.4.14. Constituição Horizontal	80
1.4.15. Constituição Invisível	81
1.5. Elementos de uma Constituição	82
1.5.1. Elementos Orgânicos	82
1.5.2. Elementos Limitativos	83
1.5.3. Elementos Socioideológicos	83
1.5.4. Elementos de Estabilização Constitucional	83
1.5.5. Elementos Formais de Aplicabilidade	83
1.6. Bloco de Constitucionalidade	83
1.7. Supremacia da Constituição	84
1.8. Sistema Constitucional e a Constituição como Acoplamento Estrutural	85
1.9. Sentimento Constitucional	86
1.10. Patriotismo Constitucional	86
CAPÍTULO 2 – O CONSTITUCIONALISMO	91
2. Constitucionalismo e História Constitucional Brasileira	91
2.1. Conceito	91
2.2. Evolução do Constitucionalismo	92
2.2.1. Antigo	92
2.2.2. Medieval (?)	93
2.2.3. Moderno (Liberal)	96
2.2.3.1. Constitucionalismo Inglês (1ª Fase)	96
2.2.3.2. Constitucionalismo Americano e Francês (2ª Fase)	98
2.2.4. Social	101
2.2.5. Contemporâneo (Neoconstitucionalismo)	102

2.2.6. Constitucionalismo do Futuro	105
2.3. Transconstitucionalismo	106
2.4. Constitucionalismo Societal: entre Fragmentos de Constituição e um novo tipo de Constitucionalismo Sem Constituição em um regime de Governança Global	107
2.5. Constitucionalismo Abusivo	110
2.6. Novo Constitucionalismo Latino-Americano (Constitucionalismo Andino ou Constitucionalismo Indígena)	111
2.7. Constitucionalismo Descolonial	113
2.8. Constitucionalismo Negro	115
2.9. Constitucionalismo Feminista	117
2.9.1. Premissas Metodológicas	118
2.9.2. Premissas Dogmático Normativas	119
2.9.3. Gênero e o STF	119
2.10. História Constitucional Brasileira	120
CAPÍTULO 3 – A FILOSOFIA CONSTITUCIONAL	135
3. Filosofia da Constituição	135
3.1. Filosofia Antiga e Constitucionalismo	135
3.1.1. Os Sofistas	136
3.1.2. Os Idealistas	138
3.1.3. Os Romanos	146
3.2. Filosofia Medieval e Constitucionalismo	148
3.2.1. Santo Agostinho	150
3.2.2. João de Salisbury	153
3.2.3. São Tomás de Aquino	154
3.2.4. João Duns Escoto	160
3.2.5. Guilherme de Ockham	162
3.3. Filosofia Moderna e Constitucionalismo	164
3.3.1. Primeira Fase da Modernidade (O Estado Absolutista)	166
3.3.1.1. Maquiavel	166
3.3.1.2. Jean Bodin	168
3.3.1.3. Thomas Hobbes	171
3.3.2. Segunda Fase da Modernidade (O Iluminismo e o Estado de Direito)	174
3.3.2.1. Hugo Grotius	176
3.3.2.2. John Locke	178
3.3.2.3. Montesquieu	187
3.3.2.4. Rousseau	188
3.3.2.5. Kant	191
3.4. Filosofia Oitocentista e Constitucionalismo: Transição para a Contemporaneidade	200
3.4.1. Hegel	200
3.4.2. Utilitarismo	209

3.4.2.1.	Jeremy Bentham	209
3.4.2.2.	John Stuart Mill	212
3.4.2.3.	O Contraste entre o Utilitarismo e a Filosofia Moral Kantiana com reflexos no atual cenário Constitucional	214
3.4.2.4.	Balanço Crítico sobre o Utilitarismo	215
3.4.3.	Filosofia Social e Constitucionalismo	216
3.4.3.1.	Pierre-Joseph Proudhon	216
3.4.3.2.	Karl Marx	219
3.4.3.3.	Constitucionalismo Socialista e Constitucionalismo Social	225
3.5.	Filosofia Contemporânea e Constitucionalismo	226
3.5.1.	Filosofia Relativista do Positivismo	227
3.5.1.1.	Positivismo Científico de Kelsen e a Constituição	228
3.5.1.2.	Positivismo de Hart	232
3.5.2.	Liberalismo Igualitário	234
3.5.2.1.	Posição Original e Véu da Ignorância	235
3.5.2.2.	Justiça como Equidade: Liberdade e Igualdade	236
3.5.2.3.	A Igualdade em Rawls: retomando Aristóteles e fundamentando as ações afirmativas dos dias atuais	238
3.5.3.	Filosofia Moral	239
3.5.3.1.	As Relações com John Rawls	241
3.5.3.2.	Dworkin e o Pós-Positivismo	241
3.5.3.3.	A crítica de Dworkin à discricionariedade forte do positivismo e a sua própria discricionariedade pós-positivista: debates no contexto do ativismo judicial	242
3.5.4.	Libertarianismo	242
3.5.5.	Comunitarismo	244
3.5.6.	Republicanismo	245
3.5.7.	Minimalismo Judicial	247
3.5.8.	Constitucionalismo Popular	248
3.5.9.	Pragmatismo	250
3.5.10.	Constituição do Risco e Virada Institucional	252
3.5.11.	<i>Constitutional Choices</i>	253
3.5.12.	A Teoria dos Sistemas Sociais e a Constituição como Acoplamento Estrutural.....	254
3.6.	Grandes Temas da Filosofia Política Constitucional Atual	257
3.6.1.	Visões Parcelares do Fenômeno Político-Constitucional	257
3.6.2.	Procedimentalismo e Substancialismo	257
3.6.3.	Jurisdição e Política Constitucional	260

CAPÍTULO 4 – PODER CONSTITUINTE 263

4.	Poder Constituinte	263
4.1.	Teoria do Poder Constituinte e o Constitucionalismo	263
4.2.	Teoria do Poder Constituinte de Sieyès	264
4.3.	Natureza do Poder Constituinte	267

4.4. Titularidade do Poder Constituinte	268
4.5. Legitimidade do Poder Constituinte	269
4.6. Espécies de Poder Constituinte	271
4.7. Poder Constituinte Originário (<i>Genuíno ou de 1º Grau</i>)	272
4.8. Poder Constituinte Derivado (Constituído, Instituído, Secundário, de 2º Grau, Remanescente)	273
4.8.1. Poder Constituinte Derivado Reformador	273
4.8.2. Poder Constituinte Derivado Decorrente	274
4.8.3. Poder Constituinte Derivado Revisor	275
4.9. Poder Constituinte Difuso	275
4.10. Poder Constituinte Supranacional	277
4.11. Poder Constituinte Híbrido	277
4.12. <i>Bootstrapping</i>	278
4.13. Hiato constitucional	279
4.14. Bloqueios ao Poder Constituinte do Povo	279
4.15. Crise Constitucional e Crise Constituinte	280
4.16. Nova Constituição e Regime Jurídico Anterior	281
4.16.1. Recepção	281
4.16.2. Repristinação	282
4.16.3. Desconstitucionalização	282
4.16.4. Graus de Retroatividade das Normas Constitucionais	282
CAPÍTULO 5 – MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	289
5. Modificação da Constituição	289
5.1. Noções Iniciais	289
5.2. Espécies de Modificações da Constituição	291
5.3. Mutação Constitucional	291
5.3.1. Conceito	291
5.3.2. Força criadora	291
5.3.3. Características	292
5.3.4. Mecanismos de Manifestação das Mutações Constitucionais	292
5.3.5. Espécies	293
5.3.6. Efeitos Esperados	293
5.3.7. Limites	294
5.3.8. Mutações Constitucionais Inconstitucionais	294
5.3.9. Mutações Constitucionais no STF	295
5.4. Revisão Constitucional	297
5.5. Emenda à Constituição	298
5.5.1. Conceito	298
5.5.2. Limitações	299
5.5.3. Hierarquia	302
5.5.4. Controle do Processo	303
5.5.5. Reforma da Constituição Estadual	303

CAPÍTULO 6 – NORMAS CONSTITUCIONAIS 309

6. Normas Constitucionais	309
6.1. Das Normas Jurídicas às Normas Constitucionais	309
6.2. Características das Normas Constitucionais	313
6.3. Evolução Histórica das Normas Constitucionais	314
6.3.1. Fase das Constituições como Declarações Políticas	314
6.3.2. Fase das Cartas Liberais	314
6.3.3. A Fase da Programaticidade	315
6.3.4. A Normatividade das Constituições	316
6.4. Neoconstitucionalismo e Pós-Positivismo: a resignificação do conceito de norma	316
6.4.1. Relação entre Direito e Moral	316
6.4.2. A distinção entre Regras e Princípios	318
6.5. A estrutura das normas constitucionais na contemporaneidade	319
6.5.1. O Grau de Possibilidade de Realização	320
6.5.2. A Forma do Caráter Mandamental	321
6.5.3. A Forma de Resolução de Conflitos	321
6.5.4. A Aproximação de Conteúdos Axiológicos	321
6.6. Críticas a uma distinção forte entre princípios e regras	322
6.6.1. Incompatibilidade com o Conceito Semântico de Norma	322
6.6.2. Incompreensão Hermenêutica	323
6.6.3. Retrocesso na Conceituação de Regra	325
6.6.4. Autocontradição no que tange à noção de Otimização	326
6.7. Outras espécies estruturais de normas constitucionais	327
6.7.1. Políticas	327
6.7.2. Postulados	327
6.8. Princípios Constitucionais	328
6.8.1. Evolução do conceito	328
6.8.2. Multifuncionalidade e a Força Normogenética dos Princípios	329
6.8.3. Colisão entre Princípios	330
6.8.4. Colisão entre Princípios e Regras?	331
6.9. Classificações dos Princípios Constitucionais	333
6.9.1. Classificação de José Afonso da Silva	333
6.9.2. Classificação de Canotilho	334
6.9.3. Classificação de Luís Roberto Barroso	334
6.9.4. Princípios Constitucionais de Limitação do Poder Constituinte Decorrente de Pontes de Miranda	335
6.10. Existência e Validade das Normas Constitucionais e das Normas Infraconstitucionais para com a Constituição	336
6.10.1. Existência	337
6.10.2. Validade	338
6.10.3. Vigência e <i>Vacatio Constitutionis</i>	339
6.11. Aplicabilidade vs. Efetividade das Normas Constitucionais	340
6.11.1. Princípio da Máxima Efetividade da Constituição	341

6.11.2. Síndrome da Inefetividade das Normas Constitucionais	341
6.12. Teoria da Aplicabilidade das Normas Constitucionais	342
6.12.1. Antecedentes Históricos: Normas <i>Executing</i> e <i>Not Self-Executing</i>	342
6.12.2. Classificação de Manoel Gonçalves Ferreira Filho	343
6.12.3. Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto	343
6.12.4. Classificação de Uadi Lammêgo Bulos	344
6.12.5. Classificação de José Afonso da Silva	344
6.12.5.1. Classificação	344
6.12.5.2. Méritos da Teoria	345
6.12.5.3. Críticas à Teoria	346
6.12.6. Classificação de Maria Helena Diniz	346
6.13. Normas Constitucionais Inconstitucionais	347
6.14. Normas Constitucionais Não Escritas	347
6.15. Conflitos entre Normas Constitucionais	348
6.15.1. Proporcionalidade	349
6.15.2. Razoabilidade	350
6.15.3. Ponderação	351
6.15.4. Concordância ou Harmonização Prática	351
CAPÍTULO 7 – HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	357
7. Hermenêutica Constitucional	357
7.1. Breve História da Hermenêutica Jurídica	357
7.1.1. Hermenêutica na Idade Média	357
7.1.2. O Início da Racionalidade Hermenêutica	357
7.2. Conceitos Básicos	360
7.2.1. Hermenêutica	360
7.2.2. Interpretação	360
7.2.3. Integração	361
7.2.4. Aplicação	362
7.2.5. Concretização	362
7.3. O que é interpretar?	363
7.3.1. O conceito semântico de norma: texto normativo versus norma	363
7.3.2. Norma como Atribuição de Sentido	364
7.4. Interpretação Jurídica Clássica e Constituição	364
7.4.1. Gramatical	365
7.4.2. Lógico	367
7.4.3. Sistemático	368
7.4.4. Histórico	369
7.4.4.1. Interpretativismo versus Não Interpretativismo	370
7.4.4.2. <i>Living Constitution</i>	373
7.4.4.3. Para além do Interpretativismo e Não Interpretativismo	373
7.4.5. Teleológico	374
7.4.6. Sociológico	375

7.4.7. Popular	377
7.5. Crise da Interpretação do Positivismo	377
7.5.1. Método Voluntarista do positivismo: a Teoria da Moldura de Kelsen	378
7.5.2. Crise dos Paradigmas Filosóficos do Objetivismo e do Subjetivismo	380
7.6. Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica; Reviravolta Linguística; Hermenêutica Filosófica e Pós-Positivismo: o nascimento de uma Nova Hermenêutica Constitucional	382
7.6.1. Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica	382
7.6.2. Filosofia da Linguagem	383
7.6.3. Nova Hermenêutica Constitucional	388
7.7. Hermenêutica Especificamente Constitucional	391
7.8. Princípios Específicos da Nova Interpretação Constitucional	393
7.8.1. Princípio da Unidade da Constituição	393
7.8.2. Princípio do Efeito Integrador	395
7.8.3. Princípio da Força Normativa	397
7.8.4. Princípio da Máxima Efetividade	398
7.8.5. Princípio da Justeza ou da Conformidade Funcional	399
7.8.6. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	400
7.8.7. Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Leis	400
7.8.8. Princípio da Concordância Prática ou da Harmonização	402
7.8.9. Princípio da Razoabilidade	404
7.8.10. Princípio da Proporcionalidade	405
7.8.11. Princípio das Razões Públicas	409
7.8.12. Princípio do Cosmopolitismo	411
7.9. Métodos da Nova Hermenêutica Constitucional	412
7.9.1. Método Jurídico Clássico	413
7.9.2. Método Tópico-Problemático	413
7.9.3. Método Científico-Espiritual	414
7.9.4. Método Hermenêutico-Concretizador	414
7.9.5. Método Normativo Estruturante	415
7.9.6. Método da Comparação Constitucional	416
7.9.7. A Revolta contra o Método	417
7.10. Teoria da Argumentação Jurídica	418
7.11. Derrotabilidade e o "Pensamento Jurídico do Possível"	421
7.12. Síndrome da Retrospectividade da Interpretação Constitucional	423
7.13. Quem é o intérprete da Constituição?	423
CAPÍTULO 8 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	435
8. Fundamentos do Controle de Constitucionalidade	435
8.1. Noções Iniciais	435
8.2. Pressupostos do Controle de Constitucionalidade	436
8.2.1. Teoria do Poder Constituinte	436
8.2.2. Rigidez Constitucional	437

8.2.3. Supremacia da Constituição	438
8.2.4. Constituição Formal e Material	439
8.2.5. Unidade Normativa	440
8.3. Fenômeno da Inconstitucionalidade	440
8.3.1. Planos de Existência, Validade e Eficácia das normas	440
8.3.2. Nulidade ou Anulabilidade	442
8.3.3. Teoria da Anulabilidade e Eficácia	443
8.3.4. Efeitos da Decisão Inconstitucional	444
8.4. Controle de Constitucionalidade <i>versus</i> Jurisdição Constitucional	444
8.5. O surgimento do Controle de Constitucionalidade nos Estados Unidos	445
8.5.1. Contexto histórico	445
8.5.2. O Caso Marbury versus Madison (The Case of the Midnight Judges) ...	446
8.5.3. O Julgamento do Caso e suas Consequências	447
8.5.4. Críticas ao caso por Laurence Tribe	448
8.6. O Modelo do Controle de Constitucionalidade de Hans Kelsen	448
8.6.1. Kelsen versus Carl Schmitt: Quem deve ser o guardião da Constitui- ção?	448
8.6.2. As contribuições de Kelsen	450
8.6.3. O modelo austríaco	451
8.6.4. Marshall versus Kelsen	452
8.6.5. O STF é um Tribunal Constitucional?	452
8.7. Tipos de Inconstitucionalidade	453
8.7.1. Formal e Material	453
8.7.2. Por Vício de Decoro Parlamentar	454
8.7.3. Ação ou Omissão	455
8.7.4. Originária e Superveniente	455
8.7.5. Total e Parcial	456
8.7.6. Direta e Indireta	456
8.7.7. Por Arrastamento (Consequência ou Por Atração)	457
8.7.8. Progressiva	457
8.7.9. Chapada (ou Desvairada)	458
8.7.10. Circunstancial	458
8.7.11. Inconstitucionalidade Branca	459
8.8. Controle de Constitucionalidade e Teoria da Recepção	459
8.9. O Efeito da Incompatibilidade de Normas Anteriores com a Nova Constitui- ção	460
8.10. Parâmetro e objeto de controle	461
8.10.1. Parâmetro de Controle de Constitucionalidade	461
8.10.2. Normas Já Revogadas e Normas de Eficácia Exaurida podem ser parâmetro de Controle de Constitucionalidade?	462
8.10.3. Normas Constitucionais Interpostas	463
8.10.4. Objeto do Controle de Constitucionalidade	464
8.11. Estado de Coisas Inconstitucional	464

8.12. <i>Stare Decisis</i>	469
8.13. Modelos de Controle de Constitucionalidade	470
8.13.1. Quanto à Natureza do Órgão de Controle (ou Quanto ao Sistema) .	470
8.13.2. Quanto ao Momento do Controle	471
8.13.3. Quanto ao Órgão Judicial de Controle	472
8.13.4. Quanto à Cognição Fática	473
8.13.5. Quanto à Forma (Ou Modo) de Controle	474
8.13.6. Quanto à Finalidade de Controle	475
8.13.7. Quanto à Prevalência do Controle (Mark Tushnet)	476
8.13.8. Controle de Constitucionalidade por Elevação de Causa	476
8.14. Controle de Constitucionalidade pelo mundo	476
8.14.1. Reino Unido	477
8.14.2. França	478
8.14.3. Suíça	479
8.14.4. Portugal	479
8.14.5. Alemanha	480
8.15. História do Controle de Constitucionalidade no Brasil	480
8.15.1. Constituição de 1824	481
8.15.2. Constituição de 1891	481
8.15.3. Constituição de 1934	481
8.15.4. Constituição de 1937	482
8.15.5. Constituição de 1946	482
8.15.6. Constituições de 1967 e de 1969	483
8.15.7. Constituição de 1988	483
8.16. Modelo de Controle de Constitucionalidade na Carta de 1988	483
8.16.1. Características do modelo de Controle de Constitucionalidade na Carta de 1988	483
8.16.2. Inovações Introduzidas no Sistema de Controle de Constitucionalidade pela Constituição Federal de 1988	487
8.16.3. Informações Prefaciais Adicionais sobre o Sistema Judicial de Controle de Constitucionalidade na CF/88	488
8.16.4. Atuação do Executivo no Controle de Constitucionalidade na CF/88	488
8.16.4.1. O Poder de Veto	488
8.16.4.2. Possibilidade de Descumprimento da Lei Inconstitucional	489
8.16.4.3. Possibilidade de propor Ação Direta	491
8.16.5. Atuação do Legislativo no Controle de Constitucionalidade na CF/88	491
8.16.5.1. Comissões no Processo Legislativo	491
8.16.5.2. Análise do Veto Presidencial	492
8.16.5.3. Sustação de Ato Normativo do Executivo (Veto Legislativo)	492
8.16.5.4. Expansão da Decisão do STF em sede de Controle Difuso de Constitucionalidade	494

8.16.5.5. Juízo acerca das Medidas Provisórias	497
8.16.5.6. Controle das Finanças e dos Orçamentos Públicos: O Controle de Constitucionalidade pelo Tribunal de Contas	497
8.16.5.7. Possibilidade de propor Ação de Controle Concentrado	501
8.17. <i>Backlash</i> : reação social e política. Contornos jurídicos na CF/88	501
8.17.1. Conceito e Exemplos	501
8.17.2. Espécies	502
8.17.3. Formas de Realização	502
8.17.4. Perspectivas	502
8.17.5. Exemplos no Brasil e Efeitos Jurídicos	504
8.18. Controle de Constitucionalidade Difuso	508
8.18.1. Controle Difuso e Controle Concreto: proximidades e diferenças	508
8.18.2. Legitimados	509
8.18.3. Competência	511
8.18.4. Parâmetro e Objeto	511
8.18.5. Questão Prejudicial	512
8.18.6. Controle Difuso de Constitucionalidade nos Tribunais	512
8.18.6.1. Incidente de Inconstitucionalidade nos Tribunais segundo o CPC/15	513
8.18.6.2. Procedimento	513
8.18.6.3. Cláusula de Reserva de Plenário	514
8.18.7. Controle Difuso de Constitucionalidade no STF	517
8.18.8. Efeitos da Decisão	519
8.18.8.1. No Judiciário: <i>inter partes</i> e <i>ex tunc</i> (regra)	519
8.18.8.2. No Senado Federal: <i>erga omnes</i> e <i>ex nunc</i> (exceção)	519
8.18.8.3. Exceções ao controle <i>ex tunc</i> (modulação dos efeitos)	519
8.18.8.4. Exceção ao Efeito <i>Inter Partes</i>	521
8.18.8.5. Condições para a modulação	523
8.18.9. Papel do Senado no Controle Difuso de Constitucionalidade	524
8.18.10. Abstrativização (ou objetivação) do Controle Difuso de Constitucionalidade	525
8.18.11. Efeitos Transcendentes das decisões do STF em Recurso Extraordinário (RE)	526
8.18.12. Mandado de Injunção	528
8.18.12.1. Objeto	528
8.18.12.2. Legitimados	529
8.18.12.3. Efeitos da Decisão (Teorias)	530
8.18.12.4. Mandado de Injunção (MI) versus Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI-O)	532
8.18.13. O Controle de Constitucionalidade na Ação Civil Pública (ACP)	532
8.18.14. A Coisa Julgada Inconstitucional e meios de impugnação	533
8.18.14.1. Impugnação de Título Executivo	533
8.18.14.2. Ação Rescisória	534
8.18.14.3. <i>Querela Nulitatis</i>	537

8.19. Controle de Constitucionalidade Concentrado	538
8.19.1. Controle Concentrado e Controle Abstrato: proximidades e diferenças	539
8.19.2. Processo Objetivo	540
8.19.2.1. Princípios	540
8.19.2.2. Características	541
8.19.3. Espécies de Ações de Controle Concentrado de Constitucionalidade	542
8.19.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	542
8.19.4.1. Noções Iniciais	542
8.19.4.2. Competência	543
8.19.4.3. Legitimidade	543
8.19.4.3.1. Detalhamento dos Legitimados Ativos	543
8.19.4.3.2. Graus de Amplitude da Legitimidade Ativa	547
8.19.4.3.3. Capacidade Postulatória	548
8.19.4.4. Parâmetro e Objeto	549
8.19.4.4.1. Decretos	551
8.19.4.4.2. Leis e atos de efeitos concretos	552
8.19.4.4.3. Deliberação Administrativa de Tribunal	554
8.19.4.5. Procedimento	555
8.19.4.5.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase	555
8.19.4.5.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase	556
8.19.4.5.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase	556
8.19.4.5.4. Julgamento – 4ª Fase	557
8.19.4.6. Atuação do Ministério Público	557
8.19.4.7. Atuação do Advogado-Geral da União	557
8.19.4.8. Abertura do Processo Objetivo à Participação Social	558
8.19.4.9. Atuação do <i>Amicus Curiae</i> e outras formas de abertura processual	559
8.19.4.9.1. O <i>Amicus Curiae</i> no Controle Difuso de Constitucionalidade	562
8.19.4.9.2. Outras formas de Abertura Processual	563
8.19.4.10. Medida Cautelar	563
8.19.4.10.1. Efeitos	565
8.19.4.10.2. Efeito Repristinatório	565
8.19.4.10.3. Repristinação versus Efeito Repristinatório	565
8.19.4.11. Efeitos das Decisões	567
8.19.4.12. Técnicas de Decisão	572
8.19.4.13. Técnicas Especiais de Decisões	575
8.19.5. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADI-O)	579
8.19.5.1. Noções Iniciais	579
8.19.5.2. Competência	580
8.19.5.3. Legitimidade	580

8.19.5.4.	Parâmetro e Objeto	581
8.19.5.5.	Procedimento	582
8.19.5.5.1.	Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase	582
8.19.5.5.2.	Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase	583
8.19.5.5.3.	Defesa e Instrução – 3ª Fase	583
8.19.5.5.4.	Julgamento – 4ª Fase	584
8.19.5.6.	Atuação do Ministério Público	584
8.19.5.7.	Atuação do Advogado-Geral da União	585
8.19.5.8.	Abertura do Processo da ADI-O à Participação Social	585
8.19.5.9.	Atuação do <i>Amicus Curiae</i> e outras formas de abertura processual	585
8.19.5.10.	Medida Cautelar	586
8.19.5.11.	Efeitos das Decisões	587
8.19.5.12.	ADI-O versus Mandado de Injunção	588
8.19.5.13.	ADI-O nos Tribunais de Justiça	588
8.19.6.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	589
8.19.6.1.	Noções Iniciais	589
8.19.6.2.	Fundamentos	589
8.19.6.3.	Competência	589
8.19.6.4.	Legitimidade	589
8.19.6.5.	Parâmetro e Objeto	590
8.19.6.6.	Procedimento	591
8.19.6.6.1.	Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase	591
8.19.6.6.2.	Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase	591
8.19.6.6.3.	Defesa e Instrução – 3ª Fase	591
8.19.6.6.4.	Julgamento – 4ª Fase	592
8.19.6.7.	Atuação do Ministério Público	592
8.19.6.8.	Atuação do Advogado-Geral da União	592
8.19.6.9.	Abertura do Processo da ADC à Participação Social	593
8.19.6.10.	Atuação do <i>Amicus Curiae</i> e outras formas de abertura processual	593
8.19.6.11.	Medida Cautelar	593
8.19.6.12.	Efeitos das Decisões	594
8.19.6.13.	ADC nos Tribunais de Justiça	594
8.19.7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva) ou Representação Interventiva	594
8.19.7.1.	Noções Iniciais: A Intervenção Federal	594
8.19.7.2.	Competência	598
8.19.7.3.	Legitimidade	599
8.19.7.4.	Parâmetro e Objeto	599
8.19.7.5.	Procedimento	600
8.19.7.5.1.	Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase	600

8.19.7.5.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase	600
8.19.7.5.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase	601
8.19.7.5.4. Julgamento – 4ª Fase	601
8.19.7.6. Atuação do Ministério Público	602
8.19.7.7. Atuação do Advogado-Geral da União	603
8.19.7.8. Medida Cautelar	603
8.19.7.9. Efeitos das Decisões	603
8.19.7.10. ADI Interventiva nos Tribunais de Justiça	604
8.19.8. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	605
8.19.8.1. Noções Iniciais	605
8.19.8.2. Histórico	606
8.19.8.3. Natureza Jurídica	606
8.19.8.4. Espécies	606
8.19.8.5. Competência	607
8.19.8.6. Legitimidade	607
8.19.8.7. Parâmetro e Objeto	608
8.19.8.8. Condições Específicas	613
8.19.8.9. Procedimento	614
8.19.8.9.1. Ajuizamento da Petição Inicial – 1ª Fase	614
8.19.8.9.2. Juízo de Prelibação e Providências Iniciais – 2ª Fase	616
8.19.8.9.3. Defesa e Instrução – 3ª Fase	616
8.19.8.9.4. Julgamento – 4ª Fase	616
8.19.8.10. Atuação do Ministério Público	618
8.19.8.11. Atuação do Advogado-Geral da União	619
8.19.8.12. Abertura do Processo da ADPF à Participação Social	619
8.19.8.13. Atuação do <i>Amicus Curiae</i> e outras formas de abertura processual	619
8.19.8.14. Medida Cautelar	620
8.19.8.15. Efeitos das Decisões	620
8.19.8.15.1. Sobre o efeito <i>Ex Tunc</i> de Atos Pré-Constitucionais	620
8.19.8.15.2. Possibilidade de Modulação dos Efeitos da Decisão	621
8.19.8.16. Estudo de alguns casos paradigmáticos no STF	621
8.19.8.16.1. ADPF nº 45	621
8.19.8.16.2. ADPF nº 54	622
8.19.8.17. Inconstitucionalidade do Art. 10 da Lei nº 9.882/99(?) ...	622
8.19.8.18. ADPF nos Tribunais de Justiça	622
8.20. Controle de Constitucionalidade nos Estados	623
8.20.1. Noções Iniciais	623
8.20.2. Competência	623
8.20.3. Legitimidade	623

8.20.4. Parâmetro e Objeto	624
8.20.5. Parâmetro de Controle Estadual e Questão Federal	624
8.20.6. Concorrência de Parâmetros de Controle	625
8.20.7. Coexistência de Jurisdições Constitucionais Estaduais e Federal (<i>Simultaneus Processus</i>)	627
8.20.8. Ação Declaratória de Constitucionalidade no Âmbito Estadual	627
8.20.9. O Controle da Omissão no Plano Estadual	628
8.20.10. O Controle de Constitucionalidade no Âmbito do Distrito Fede- ral	628
8.20.11. Efeitos da Decisão	629
8.20.12. Incidente de Inconstitucionalidade e Controle Direto do Direito Municipal perante o Supremo Tribunal Federal	629
CAPÍTULO 9 – DIREITOS FUNDAMENTAIS	649
9. Direitos Fundamentais	649
9.1. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais	649
9.1.1. Conceitos Iniciais	649
9.1.2. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	651
9.1.3. Afirmação Histórica	651
9.1.3.1. Idade Antiga	652
9.1.3.2. Idade Média	653
9.1.3.3. Idade Moderna	653
9.1.3.4. Idade Contemporânea	655
9.1.4. Questões Terminológicas	656
9.1.5. Características	659
9.1.6. Teoria dos Status de Jellinek	665
9.1.7. A Teoria das Gerações dos Direitos Fundamentais	671
9.1.8. As Críticas à Teoria das Gerações (ou mesmo Dimensões) dos Direitos Fundamentais	675
9.1.9. Teorias Fundamentadoras	679
9.1.10. Norma Específica	680
9.1.11. Classificações Importantes	682
9.1.11.1. Quanto aos titulares	682
9.1.11.2. Quanto à natureza	682
9.1.11.3. Histórica ou Quanto às Gerações (ou Dimensões)	682
9.1.11.4. Classificação Constitucional (Título II)	683
9.1.12. Titularidade	683
9.1.12.1. Estrangeiros Não Residentes têm o mesmo rol de direitos do Art. 5º da CF/88?	684
9.1.12.2. Pessoas Jurídicas são titulares Direitos Fundamentais?	684
9.1.13. A Dimensão Subjetiva	686
9.1.14. A Dimensão Objetiva	688
9.1.14.1. O surgimento da dimensão objetiva: O caso Lüth	688

9.1.14.2.	Da dimensão objetiva dos direitos fundamentais como uma ordem objetiva de valores ao seu papel de competência negativa	692
9.1.14.3.	Desdobramentos da dimensão objetiva dos direitos fundamentais	695
9.1.15.	A Eficácia Vinculante	696
9.1.15.1.	A Vinculação das Funções Estatais	697
9.1.15.2.	Os Deveres Estatais de Tutela (<i>Schutzpflichten</i>)	698
9.1.16.	A Eficácia Irradiante	700
9.1.16.1.	A Constitucionalização do Direito	701
9.1.16.2.	Os Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares	702
9.1.17.	Eficácia Processual	704
9.1.17.1.	A Objetivação de Processos de Tutela de Direitos Fundamentais	706
9.1.17.2.	A Abertura dos Processos Estatais de Tutela dos Direitos Fundamentais à Participação Pública	706
9.1.18.	A aplicação dos direitos fundamentais entre os particulares	707
9.1.18.1.	A teoria da aplicação indireta (<i>Mittelbare Drittwirkung</i>)	709
9.1.18.2.	A teoria da aplicação direta (<i>Unmittelbare Drittwirkung</i>)	710
9.1.18.3.	Outras Teorias	710
9.1.18.4.	A Aplicação Predominante no Brasil	714
9.1.19.	Aplicabilidade	715
9.1.20.	Cláusula de Abertura	717
9.1.20.1.	Cláusula de Abertura e o Bloco de Constitucionalidade	718
9.1.20.2.	Cláusula de Abertura e as Cláusulas Pétreas	719
9.1.21.	Âmbito de Proteção	720
9.1.22.	Restrições e Núcleo Essencial	722
9.1.23.	Colisões	724
9.1.24.	Hermenêutica Específica	727
9.2.	Direitos Fundamentais em Espécie	728
9.2.1.	Direitos Individuais	728
9.2.1.1.	Vida	728
9.2.1.1.1.	Vida e Pesquisa Científica	731
9.2.1.1.2.	Aborto	732
9.2.1.1.3.	Morte e Regulação pelo Estado	733
9.2.1.1.4.	Interrupção Humanitária da Vida (Morte Digna)	736
9.2.1.1.5.	Clonagem	737
9.2.1.2.	Direito à Liberdade	737
9.2.1.3.	Direito à Igualdade	739
9.2.1.3.1.	"Separate but Equal" ("Treatment as an Equal")	741
9.2.1.3.2.	Discriminação Positiva: Ações Afirmativas	742
9.2.1.3.2.1.	Participação Política das Mulheres	742
9.2.1.3.2.2.	Cotas para Pessoas com Deficiência	743
9.2.1.3.2.3.	Cotas Raciais	744

9.2.1.3.3.	Doação de Sangue por Homens Gays	748
9.2.1.3.4.	Desdobramentos do Direito à Igualdade na CF/88	750
9.2.1.4.	Segurança	751
9.2.1.5.	Propriedade	752
9.2.1.5.1.	Função Social na CF/88	753
9.2.1.5.2.	Desdobramentos do Direito à propriedade na CF	754
9.2.1.6.	Legalidade	757
9.2.1.7.	Vedação à Tortura	759
9.2.1.7.1.	Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	760
9.2.1.7.2.	A Lei que define os Crimes de Tortura	761
9.2.1.7.3.	Desdobramentos da vedação à Tortura na CF	763
9.2.1.8.	Liberdade de Manifestação do Pensamento	764
9.2.1.9.	Liberdade de Consciência	767
9.2.1.10.	Intimidade e Vida Privada	770
9.2.1.11.	Liberdade de Profissão	774
9.2.1.12.	Inviolabilidade Domiciliar	775
9.2.1.13.	Sigilo de Correspondência e Comunicações	780
9.2.1.13.1.	Sigilo de Dados	782
9.2.1.13.2.	Sigilo das Comunicações	787
9.2.1.14.	Liberdade de Informação	790
9.2.1.15.	Liberdade de Locomoção	793
9.2.1.16.	Reunião	794
9.2.1.17.	Associação	796
9.2.1.18.	Defesa do Consumidor	800
9.2.1.19.	Petição e Certidões	800
9.2.1.20.	Garantias Processuais	801
9.2.1.21.	Garantias Penais	803
9.2.1.22.	Princípio da Presunção de Inocência	815
9.2.1.23.	Remédios Constitucionais	821
9.2.1.24.	Proteção de Dados	823
9.2.2.	Direitos de Nacionalidade e Direitos Políticos	825
9.2.2.1.	Nacionalidade	825
9.2.2.1.1.	Critérios de Definição de Nacionalidade	826
9.2.2.1.2.	Espécies de Nacionalidade	827
9.2.2.2.	Naturalização	829
9.2.2.2.1.	Naturalização Ordinária	831
9.2.2.2.2.	Naturalização Extraordinária (Ou Quinzenária)	832
9.2.2.3.	Quase Nacionalidade	832
9.2.2.4.	Brasileiros Natos e Brasileiros Naturalizados	833

9.2.2.5.	Vedação da extradição de brasileiros natos e outros institutos do Direito Internacional que envolvem a questão da nacionalidade	833
9.2.2.6.	Cargos privativos de brasileiros natos e atividade nociva ao interesse nacional	839
9.2.2.6.1.	Conselho da República	840
9.2.2.6.2.	Propriedade de Empresa Jornalística	840
9.2.2.7.	Perda da Nacionalidade	840
9.2.2.8.	Direitos de Participação Política	841
9.2.2.9.	Direitos Políticos Positivos	843
9.2.2.10.	Direitos Políticos Negativos	845
9.2.2.11.	Suspensão, Perda e Cassação de Direitos Políticos	846
9.2.2.12.	Partidos Políticos e Fidelidade Partidária	847
9.2.3.	Direitos Sociais	851
9.2.3.1.	Finalidade	853
9.2.3.2.	Natureza	853
9.2.3.3.	Sujeitos (Ativo e Passivo/ Titularidade e Destinatário)	854
9.2.3.4.	Educação	855
9.2.3.5.	Saúde	856
9.2.3.6.	Alimentação	860
9.2.3.7.	Trabalho	861
9.2.3.8.	Moradia	863
9.2.3.9.	Transporte	864
9.2.3.10.	Lazer	864
9.2.3.11.	Segurança	865
9.2.3.12.	Previdência Social	865
9.2.3.13.	Proteção à Maternidade e Infância	866
9.2.3.14.	Assistência	867
9.2.3.15.	Justiciabilidade dos Direitos Sociais	868
	9.2.3.15.1. Reserva do Possível	868
	9.2.3.15.2. Mínimo Existencial	869
9.2.3.16.	Metodologia Fuzzy e os Camaleões Normativos	870
CAPÍTULO 10 - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO		889
10.	Organização do Estado	889
10.1.	Teoria Geral da Organização do Estado	889
10.1.1.	Noções Iniciais sobre o Estado	889
10.1.2.	Elementos do Estado	891
	10.1.2.1. Soberania	892
	10.1.2.2. Território	893
	10.1.2.3. Povo	897
	10.1.2.4. Finalidade	897
10.1.3.	Formas de Estado	898

10.1.3.1.	Estado Unitário	898
10.1.3.2.	Estados Confederados	898
10.1.3.3.	Estado Federado	899
10.1.3.3.1.	Espécies de Federalismo	900
10.1.3.3.1.1.	Divisão Quanto ao Modo de Formação	900
10.1.3.3.1.2.	Divisão Quanto à Repartição de Competências	901
10.1.3.3.1.3.	Divisão Quanto ao Número de Níveis Federais	901
10.1.3.3.1.4.	Divisão Quanto à Finalidade da Federação	901
10.1.3.3.1.5.	Divisão Quanto à Igualdade de Competências dos Entes Fede- rativos	902
10.1.3.3.1.6.	Federalismo de Regiões	903
10.1.3.3.1.7.	Fiscal	904
10.1.3.3.2.	Características do Federalismo	904
10.1.4.	O Federalismo Brasileiro	905
10.1.5.	Formas de Governo	906
10.1.5.1.	Monarquia	906
10.1.5.2.	República	907
10.1.6.	Sistemas de Governo	907
10.1.6.1.	Parlamentarismo	907
10.1.6.2.	Presidencialismo	908
10.1.6.3.	Semipresidencialismo	909
10.1.7.	Regimes de Governo	909
10.1.7.1.	Democracias	909
10.1.7.2.	Autocracias	910
10.2.	Princípios Fundamentais da República	911
10.3.	Objetivos Fundamentais da República	912
10.4.	Princípios das Relações Internacionais da República	912
10.5.	Os Entes Federativos no Brasil	913
10.5.1.	A União Federal	913
10.5.1.1.	Capital Federal	915
10.5.1.2.	Bens da União	917
10.5.2.	Os Estados-Membros	922
10.5.2.1.	Bens dos Estados	925
10.5.2.2.	Formação dos Estados-Membros	925
10.5.2.3.	Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Micror- regiões	930
10.5.3.	Os Municípios	932
10.5.3.1.	Estrutura Política dos Municípios	932
10.5.3.2.	Estrutura e Custos do Legislativo Municipal	935

10.5.3.3. Garantias Constitucionais de Prefeitos e Vereadores	940
10.5.3.4. Formação dos Municípios	943
10.5.3.5. Municípios Putativos	944
10.5.4. O Distrito Federal	946
10.5.5. Os Territórios Federais	948
10.5.6. Aspectos Finais sobre os Entes Federativos	950
10.6. Competências Constitucionais	951
10.6.1. Noções Iniciais sobre Competências	951
10.6.2. Técnicas de Repartição de Competências	951
10.6.3. Repartição de Competências nas Constituições Brasileiras	952
10.6.4. Princípio Reitor da Repartição de Competências	953
10.6.5. Classificações das Competências na Constituição Federal de 1988	953
10.6.5.1. Quanto ao Objeto das Competências	953
10.6.5.2. Quanto à Distribuição das Competências	953
10.6.5.3. Quanto à Forma das Competências	954
10.6.6. Sistema de Repartição de Competências na Constituição Federal de 1988	954
10.6.6.1. Competência Material da União	954
10.6.6.2. Competência Legislativa Privativa da União	960
10.6.6.3. Competência Material Comum da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios	964
10.6.6.4. Competência Legislativa Concorrente da União e dos Estados ou do Distrito Federal	966
10.6.6.5. Competência Reservadas aos Estados-Membros	969
10.6.6.6. Competências dos Municípios	969
10.6.6.7. Competências dos Distrito Federal	972
10.7. Intervenção Federal	972
10.7.1. Introdução	972
10.7.2. Hipóteses de Intervenção Federal	973
10.7.3. Decreto Interventivo	976
10.7.4. Controles da Intervenção Federal	977
10.8. Intervenção Estadual	980
CAPÍTULO 11 - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	993
11. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	993
11.1. Introdução	993
11.2. Estado de Defesa	995
11.3. Estado de Sítio	997
11.4. Disposições Gerais	1001
CAPÍTULO 12 - FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA	1003
12. Forças Armadas e Segurança Pública	1003
12.1. Considerações Constitucionais sobre as Forças Armadas	1003

12.2. Considerações Constitucionais sobre a Segurança Pública	1007
12.2.1. Polícias da União	1008
12.2.2. Polícias dos Estados	1009
12.2.3. Polícia do Distrito Federal	1010
12.2.4. Polícia dos Municípios	1010
12.2.5. Segurança Viária	1012
CAPÍTULO 13 - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NO ESTADO	1015
13. Organização dos Poderes no Estado	1015
13.1. Teoria Geral	1015
13.1.1. Teorias sobre o Tema	1015
13.1.2. Separação de Poderes, Liberdade Humana, Checks and Balances e a Impropriedade da Expressão	1018
13.1.3. O Conteúdo Básico das Funções do Estado	1020
13.1.4. Inter-Relação entre os Poderes	1020
13.2. Poder Legislativo	1021
13.2.1. Funções Gerais do Poder Legislativo	1023
13.2.2. Estrutura do Poder Legislativo Federal	1023
13.2.2.1. Congresso Nacional	1023
13.2.2.2. Câmara dos Deputados	1028
13.2.2.3. Senado Federal	1030
13.2.2.4. Mesas Diretoras	1034
13.2.2.5. Comissões	1037
13.2.3. Comissões Parlamentares de Inquérito	1038
13.2.3.1. Requisitos para criação de uma CPI	1039
13.2.3.2. Poderes das CPIs	1041
13.2.3.3. Limites dos Poderes das CPIs	1041
13.2.3.4. Provas Colhidas nas CPIs	1046
13.2.3.5. Controle Jurisdicional dos atos das CPIs	1047
13.2.3.6. Limitação do Número de CPIs	1049
13.2.3.7. CPI Estadual	1049
13.2.3.8. CPI Municipal	1050
13.2.4. Funcionamento do Poder Legislativo	1051
13.2.5. Estatuto dos Congressistas	1054
13.2.5.1. Imunidades Parlamentares	1054
13.2.5.1.1. Imunidades Materiais	1055
13.2.5.1.2. Imunidades Formais	1058
13.2.5.1.3. Imunidades dos Deputados Estaduais e Vereadores	1068
13.2.5.2. Incompatibilidades e Impedimentos dos Parlamentares ..	1071
13.2.5.3. Perda do Mandato Parlamentar	1072
13.2.6. Fiscalização dos Tribunais de Contas	1078
13.3. Processo Legislativo	1085

13.3.1. Introdução, Fundamento Teórico e Deferência ao Legislativo	1085
13.3.2. Espécies Legislativas	1088
13.3.2.1. Natureza do Rol de Espécies Legislativas	1089
13.3.2.2. A Questão da Hierarquia entre as Espécies Legislativas	1091
13.3.3. Descumprimento do Processo Legislativo e suas Consequências ..	1095
13.3.4. Classificações do Processo Legislativo	1096
13.3.5. Processo Legislativo Ordinário	1097
13.3.5.1. Fase Introdutória/de Iniciativa	1097
13.3.5.1.1. Iniciativa Popular	1099
13.3.5.1.2. Iniciativa Privativa do Chefe do Executivo	1101
13.3.5.1.3. Iniciativa em Matéria Tributária	1104
13.3.5.1.4. Iniciativa dos Tribunais do Poder Judiciário ..	1104
13.3.5.1.5. Inciativa da Lei de Organização do Ministério Público	1105
13.3.5.1.6. Inciativa da Lei de Organização da Defensoria Pública	1106
13.3.5.1.7. Iniciativa da Lei de Organização dos Tribunais de Contas	1106
13.3.5.1.8. Iniciativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	1107
13.3.5.1.9. Considerações sobre as Iniciativas Legislativas	1108
13.3.5.2. Fase Constitutiva	1110
13.3.5.3. Fase Complementar	1117
13.3.6. Procedimento Legislativo Sumário	1118
13.3.7. Lei Ordinária	1120
13.3.8. Procedimentos Legislativos Especiais	1120
13.3.8.1. Leis Complementares	1120
13.3.8.2. Emendas Constitucionais	1122
13.3.8.3. Medidas Provisórias	1125
13.3.8.4. Leis Delegadas	1136
13.3.8.5. Decretos Legislativos e Resoluções	1139
13.3.8.6. Tratados Internacionais	1140
13.3.9. Processo Legislativo nos Estados-Membros	1150
13.4. Poder Executivo	1150
13.4.1. Introdução	1150
13.4.2. Investidura e Posse	1151
13.4.3. Sucessão e Substituição	1152
13.4.4. Atribuições do Presidente da República	1154
13.4.4.1. Funções de Direção Geral da Administração Pública Federal	1156
13.4.4.2. Funções Relacionadas ao Processo Legislativo	1158
13.4.4.3. Funções Relacionadas à Representação do Estado	1160

13.4.4.4. Funções Relacionadas à Segurança Interna, Externa e Defesa da Ordem Institucional	1161
13.4.4.5. Funções Relacionadas ao Balanceamento das Ações do Poder Judiciário	1162
13.4.4.6. Funções Relacionadas ao Balanceamento Geral dos Poderes da República	1169
13.4.4.7. Dever de Prestação de Contas	1171
13.4.5. Responsabilidade do Presidente da República	1171
13.4.5.1. Responsabilidade do Presidente por Crimes de Responsabilidade	1173
13.4.5.2. Responsabilidade do Governador de Estado por Crimes de Responsabilidade	1183
13.4.5.3. Responsabilidade do Presidente por Crimes Comuns	1185
13.4.6. Os Ministros de Estado	1187
13.4.7. Conselho da República e Conselho da Defesa	1187
13.5. Poder Judiciário	1190
13.5.1. Noções Iniciais	1190
13.5.2. Órgãos do Poder Judiciário	1191
13.5.3. Garantias do Poder Judiciário	1193
13.5.3.1. Garantias Institucionais	1194
13.5.3.2. Garantias Funcionais	1196
13.5.4. Estatuto da Magistratura	1200
13.5.5. Foro por Prerrogativa de Função	1217
13.5.6. Quinto Constitucional	1218
13.5.7. Supremo Tribunal Federal	1220
13.5.7.1. Competências do STF	1221
13.5.7.2. Súmulas Vinculantes	1230
13.5.8. Conselho Nacional de Justiça	1231
13.5.8.1. Competências do CNJ	1235
13.5.8.2. Competência para Julgar Ações contra o CNJ	1239
13.5.9. Superior Tribunal de Justiça	1239
13.5.9.1. Competências Originárias do STJ	1241
13.5.9.2. Competências Recursais do STJ	1243
13.5.9.3. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)	1248
13.5.10. Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho	1252
13.5.10.1. Tribunal Superior do Trabalho (TST)	1253
13.5.10.2. Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs)	1254
13.5.10.3. Varas do Trabalho	1255
13.5.11. Tribunais e Varas Eleitorais	1258
13.5.11.1. Tribunal Superior Eleitoral	1259
13.5.11.2. Tribunais Regionais Eleitorais	1260
13.5.11.3. Varas Eleitorais e Juntas Eleitorais	1261
13.5.12. Tribunais Militares e Justiça Militar de 1º Grau	1262

13.5.12.1.	Superior Tribunal Militar (STM)	1263
13.5.12.2.	Justiça Militar da União	1263
13.5.12.3.	Justiça Militar dos Estados	1267
13.5.12.4.	Crimes Dolosos contra a Vida	1269
13.5.13.	Tribunais Regionais Federais e Varas Federais	1271
13.5.13.1.	Tribunais Regionais Federais	1271
13.5.13.2.	Justiça Federal de 1º Grau	1273
13.5.14.	Tribunais e Primeira Instância dos Estados	1277
13.6.	Funções Essenciais à Justiça	1278
13.6.1.	Introdução	1278
13.6.2.	Ministério Público	1279
13.6.2.1.	História do Ministério Público	1279
13.6.2.2.	Ingresso na Carreira do Ministério Público	1280
13.6.2.3.	Organização e Estrutura do Ministério Público	1281
13.6.2.4.	Princípios Institucionais do Ministério Público	1285
13.6.2.5.	Garantias Institucionais do Ministério Público	1286
13.6.2.6.	Garantias Funcionais dos Membros do Ministério Público	1288
13.6.2.7.	Vedações Constitucionais para Integrantes do Ministério Público	1289
13.6.2.8.	Funções Institucionais do Ministério Público	1291
13.6.2.9.	Conselho Nacional do Ministério Público	1296
13.6.3.	Advocacia Pública	1299
13.6.4.	Advocacia Privada	1306
13.6.5.	Defensoria Pública	1307
13.6.5.1.	Defensoria Pública e Acesso à Justiça	1307
13.6.5.2.	A Defensoria Pública como Direito Fundamental: dimensões, garantia institucional e cláusula pétrea	1313
13.6.5.3.	Modelos da Prestação de Assistência Jurídica e a Defensoria Pública	1317
13.6.5.4.	História da Defensoria Pública no Brasil	1318
13.6.5.5.	A Defesa de Pessoas Vulneráveis e Hipervulneráveis ..	1319
13.6.5.6.	Organização e Estrutura da Defensoria Pública	1322
13.6.5.7.	Princípios Institucionais da Defensoria Pública	1330
13.6.5.8.	Garantias Institucionais da Defensoria Pública	1333
13.6.5.9.	Garantias Funcionais dos Membros da Defensoria Pública	1341
13.6.5.10.	Ingresso e Atuação	1342
13.6.5.11.	Legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento da Ação Civil Pública	1345
13.6.5.12.	Defensoria Pública como <i>Custos Vulnerabilis</i> e como <i>Amicus Curiae</i>	1346
13.6.5.13.	Regime Jurídico Paritário entre a Magistratura, o Ministério Público e a Defensoria Pública	1352

13.6.5.14. Defensor(a) Público(a) e o Exercício de Atividade Político-Partidária	1357
13.6.5.15. Defensoria Pública e Súmulas Vinculantes	1358
13.6.5.16. Princípio do Defensor Natural	1358
13.6.5.17. Poder de Requisição da Defensoria Pública	1359
13.6.5.18. Implantação da Defensoria Pública em todas as Unidades Jurisdicionais do Brasil	1361
13.6.5.19. Defensoria Pública e Patrocínio de Ação Penal	1362
CAPÍTULO 14 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	1379
14. Sistema Tributário Nacional	1379
14.1. Noções Iniciais e Conceito de Tributo	1379
14.2. Espécies Tributárias	1381
14.2.1. Imposto	1381
14.2.2. Taxa	1381
14.2.3. Contribuições de Melhoria	1382
14.2.4. Empréstimos Compulsórios	1383
14.2.5. Contribuições Especiais	1384
14.3. Nota Introdutória à Reforma Tributária: Emenda Constitucional nº. 132 de 2023	1391
14.4. Limitações ao Poder de Tributar	1395
14.4.1. Princípios Constitucionais da Tributação	1396
14.4.1.1. Princípio da Legalidade	1396
14.4.1.2. Princípio da Isonomia	1400
14.4.1.3. Princípio da Não Surpresa	1402
14.4.1.3.1. Princípio da Irretroatividade	1402
14.4.1.3.2. Princípio da Anterioridade do Exercício Financeiro	1404
14.4.1.3.3. Princípio da Anterioridade Nonagesimal ou Noventena	1407
14.4.1.4. Princípio da Vedação ao Confisco	1409
14.4.1.5. Princípio da Liberdade de Tráfego	1410
14.4.1.6. Princípio da Uniformidade Geográfica	1412
14.4.1.7. Princípio da Uniformidade da Tributação da Renda	1412
14.4.1.8. Princípio da Proibição das Isenções Heterônomas	1412
14.4.1.9. Princípio da Não Discriminação Baseada em Procedência ou Destino	1414
14.4.1.10. Princípios da Simplicidade, da Transparência, da Justiça Tributária, da Cooperação e da Defesa do Meio Ambiente	1414
14.4.1.11. Princípio da Atenuação dos Efeitos Regressivos	1416
14.4.2. Imunidades Tributárias	1416
14.4.2.1. Imunidade Tributária Recíproca	1417
14.4.2.2. Imunidade Tributária Religiosa	1420

14.4.2.3. Imunidade dos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Educacionais e Assistenciais Sem Fins Lucrativos	1422
14.4.2.4. Imunidade Tributária Cultural	1423
14.4.2.5. Imunidade Tributária Musical	1425
14.5. Exigência de Lei Específica para Concessão de Benefícios Fiscais	1425
14.6. Impostos em Espécie	1427
14.6.1. Impostos da União	1427
14.6.1.1. Impostos Federais em Espécie	1427
14.6.1.2. Competência Residual da União para Instituição de Novos Impostos	1431
14.6.1.3. Impostos Extraordinários em Caso de Guerra	1432
14.6.2. Impostos dos Estados	1432
14.6.3. Impostos dos Municípios	1434
14.7. IVA-Dual	1438
14.7.1. Noções Gerais	1438
14.7.2. Identidade Estrutural entre IBS e CBS	1439
14.7.3. Princípio da Neutralidade	1440
14.7.4. Características Comuns ao IBS e ao CBS	1440
14.7.4.1. Amplitude Conceitual da Expressão “Bens e Serviços”	1440
14.7.4.2. Incidência nas Importações	1441
14.7.4.3. Imunidade nas Exportações	1441
14.7.4.4. Legislação Nacional Única e Regime de Alíquotas	1441
14.7.4.5. Princípio da Não Cumulatividade	1442
14.7.4.6. Sistema de Crédito Financeiro	1442
14.7.4.7. Cálculo por Fora	1443
14.7.4.8. Restrição à Concessão de Benefícios Fiscais	1443
14.7.4.9. Regimes Específicos de Tributação	1443
14.7.5. Comitê Gestor do IBS	1445
14.8. Repartição de Receitas Tributárias	1446
14.8.1. Noções Gerais	1446
14.8.2. Espécies de Repartição	1447
14.8.3. Tributos cujas Receitas estão sujeitas à Repartição	1447
14.8.4. Casos de Repartição de Receitas Previstos na Constituição	1448
CAPÍTULO 15 – ORDEM FINANCEIRA	1455
15. Finanças Públicas	1455
15.1. Normas Gerais	1455
15.2. Orçamento Público	1458
15.2.1. Princípios Orçamentários	1458
15.2.2. Leis Orçamentárias	1464
15.2.3. Vedações Orçamentárias	1471
15.2.4. Despesas com Pessoal	1473

15.2.5. Regime Extraordinário Fiscal para cenários de Calamidade	1477
15.2.6. Processo Legislativo Orçamentário	1479
15.2.7. Orçamento Impositivo	1483
15.2.8. Regime Fiscal Sustentável ou Novo Arcabouço Fiscal	1493
15.2.9. Limites à Concessão de Subsídios e Benefícios Financeiros (Emenda Constitucional nº. 135 de 2024)	1494

CAPÍTULO 16 – ORDEM ECONÔMICA 1499

16. Ordem Econômica e Financeira	1499
16.1. Estado e Economia	1499
16.1.1. Estado Mercantilista	1499
16.1.2. Estado Liberal	1499
16.1.3. Estado Social	1501
16.1.4. Estado Social e Democrático	1506
16.1.5. Estado Neoliberal	1507
16.2. Ordem Econômica na Constituição (ou Constituição Econômica)	1509
16.2.1. Intervenção Direta do Estado na Economia	1510
16.2.2. Intervenção Indireta do Estado na Economia	1511
16.2.3. Intervenção Monopolista do Estado na Economia	1512
16.3. Princípios da Ordem Econômica	1513
16.4. Exploração de Recursos Minerais e de Potenciais de Energia Hidráulica ...	1520
16.5. Ordenação dos Transportes, Incentivo ao Turismo e Requisição de Documentos	1521
16.6. Política Urbana	1522
16.6.1. Instrumentos de Intervenção na Propriedade Urbana	1523
16.6.2. Usucapião Constitucional de Imóvel Urbano	1526
16.7. Política Agrícola, Fundiária e a Reforma Agrária	1529
16.7.1. Política Agrícola	1529
16.7.2. Política Fundiária	1530
16.7.3. Usucapião Constitucional Rural	1530
16.7.4. Reforma Agrária	1531
16.8. Sistema Financeiro Nacional	1535

CAPÍTULO 17 – ORDEM SOCIAL 1539

17. Ordem Social	1539
17.1. Noções Iniciais	1539
17.2. Justiça Social	1539
17.3. O Estado de Bem-Estar Social	1541
17.4. Bases da Ordem Social e Políticas Públicas	1541
17.5. A Seguridade Social	1542
17.5.1. Riscos Sociais	1542
17.5.2. Princípios da Seguridade Social	1543
17.5.3. Financiamento da Seguridade Social	1544

17.5.4.	Saúde	1548
17.5.4.1.	Introdução à Saúde na Constituição Federal de 1988 ..	1548
17.5.4.2.	Serviços de Saúde	1552
17.5.4.3.	Princípios da Saúde na CF/88	1553
17.5.4.4.	Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias	1555
17.5.4.5.	Piso Salarial Profissional Nacional para a Enfermagem	1557
17.5.4.6.	Saúde e Iniciativa Privada	1559
17.5.4.7.	Competências do Sistema Único de Saúde (SUS)	1560
17.5.4.8.	Tratamento da Saúde durante a Pandemia de Covid-19	1561
17.5.4.9.	Vacinação Obrigatória	1562
17.5.5.	Previdência Social	1563
17.5.5.1.	Benefícios	1564
17.5.5.2.	Regime de Previdência Privada	1571
17.5.6.	Assistência Social	1573
17.6.	Educação	1577
17.6.1.	Princípios Constitucionais do Ensino	1577
17.6.2.	Regime Jurídico das Universidades	1579
17.6.3.	Efetivação do Dever do Estado com a Educação	1580
17.6.4.	A Educação Privada	1583
17.6.5.	Conteúdos Mínimos para o Ensino Fundamental	1583
17.6.6.	Competência dos Entes Federativos em Matéria de Educação	1584
17.6.7.	Recursos para a Educação	1585
17.6.8.	Fundeb e Valorização dos Profissionais da Educação	1587
17.6.9.	Plano Decenal Educacional	1589
17.6.10.	Casuística do STF em Matéria de Educação	1590
17.7.	Cultura	1591
17.7.1.	Fundamentos Constitucionais da Cultura	1591
17.7.2.	Bens Culturais	1592
17.7.3.	Sistema Constitucional da Cultura	1594
17.8.	Desporto	1598
17.9.	Ciência, Tecnologia e Inovação	1600
17.10.	Comunicação Social	1603
17.11.	Meio Ambiente	1610
17.11.1.	Noções Iniciais	1610
17.11.2.	Princípios Constitucionais Ambientais	1611
17.11.3.	Jurisprudência do STF em Aspectos Gerais de Matéria Ambiental	1615
17.11.4.	Atuação do Poder Público em Matéria Ambiental	1616
17.11.5.	Dever de Recuperar o Meio Ambiente Degradado por Exploração Mineral	1620

17.11.6. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica por Dano Ambiental	1620
17.11.7. Áreas Protegidas e Patrimônio Nacional	1621
17.11.8. Disposições Finais em Matéria Ambiental	1622
17.12. Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	1622
17.13. Indígenas	1629
17.13.1. A Teoria Adotada pelo STF na Demarcação de Terras Indígenas	1630
17.13.2. Indenização para Estado-Membro por Desapropriação Indireta em Virtude de Demarcação de Terras Indígenas	1632
17.13.3. Condicionantes da Demarcação de Terras Indígenas no Caso Raposa Serra do Sol	1633
17.13.4. Dever de Proteção de Terras Indígenas mesmo que Não Demarcadas	1635
17.13.5. Demais Aspectos Constitucionais	1635
REFERÊNCIAS	1639